

Entre leis e labirintos: *a precarização do trabalho docente na rede estadual paulista*

BARBOSA, Andreza; VENCO, Selma & JACOMINI, Márcia
Aparecida (Orgs).

**Relações e Condições de Trabalho dos Profissionais da
Educação na Rede Estadual Paulista 1995-2018.** São Paulo:
Alameda, 2022. 267 p.

Resultado de uma ampla investigação coletiva, a obra *Relações e Condições de Trabalho dos Profissionais da Educação na Rede Estadual Paulista 1995-2018* emerge de um projeto de pesquisa coordenado por integrantes da Rede Escola Pública e Universidade – REPU, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, tornou-se uma coletânea de textos organizada e publicada no ano de 2022. As autoras organizadoras, Andreza Barbosa, Selma Venco e Márcia Aparecida Jacomini partem de um marco analítico que compreende o trabalho no setor público como produto direto das relações político-jurídicas, diferentemente do setor privado, onde predominam convenções coletivas. As diferenciações entre as categorias de trabalhadores/as se expressam em termos de salários, condições de trabalho, posições de poder e de autoridade.

A capa do livro é marcada pela imagem emblemática de uma manifestação de docentes, com centenas de pessoas nas ruas, braços erguidos e cartazes. Esse registro visual sintetiza o caráter coletivo e combativo da categoria, reforçando o tom crítico da obra, que denuncia a precarização das condições de trabalho na educação pública paulista. O enquadramento frontal, que coloca leitores e leitoras no meio da multidão, provoca identificação imediata com as lutas travadas, enquanto a paleta vibrante e o título em destaque transmitem a seriedade e a relevância política do tema abordado.

Dividido em 7 textos, o trabalho reuniu diferentes agentes do campo educacional — docentes da educação básica e superior, diretores/as e supervisores/as escolares, além de estudantes de graduação e pós-graduação — todos/as vinculados/as a instituições públicas e privadas do estado de São Paulo. Essa diversidade de olhares e experiências contribui para a densidade analítica da pesquisa, que se debruça sobre as políticas educacionais implementadas na rede estadual paulista entre 1995 e 2018. A obra em análise apresenta um estudo sobre as relações e condições de trabalho dos/das profissionais da educação na rede estadual paulista, ao longo dos 23 anos da gestão estadual continuada pelo Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB, demonstrando com base documental os impactos das políticas neoliberais na estrutura ocupacional da docência.

O texto da apresentação, *Política educacional, relações e condições de trabalho na rede estadual paulista – 1995 a 2018*, escrito pelas organizadoras, retrata como o estado paulista adotou medidas que flexibilizaram as formas de contratação docente, resultando em processos de precarização, segmentação funcional e desvalorização profissional. Com base em dados obtidos via Sistema de Informação ao Cidadão – SIC e em sítios oficiais da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – SEE-SP, além de análise documental de legislações federais e estaduais, o texto evidencia o distanciamento entre a legislação vigente e sua efetiva implementação na rede paulista. As autoras apontam que embora haja avanços normativos desde a Constituição de 1988, como o artigo 206 e a Lei nº 11.738/2008, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional, os governos estaduais não cumpriram adequadamente tais dispositivos, especialmente no que se refere à valorização salarial e à progressão funcional docente.

A análise da carreira revela uma mudança de paradigma: o estatuto de 1985 previa uma progressão baseada em titulação, enquanto reformas posteriores, como as Leis Complementares 836/1997 e 1.097/2009, instituíram mecanismos meritocráticos – um sistema de pagamento por desempenho intitulado *bônus mérito*. Apesar de criarem mais níveis na carreira, essas medidas dificultaram a ascensão funcional, beneficiando uma minoria. Outro ponto central é a análise das jornadas de trabalho. Embora a legislação federal determine que um terço da jornada seja destinado às atividades extraclasse, a SEE-SP não implementou plenamente essa regra. A Resolução SE nº 8/2012, supostamente de adequação à Lei do Piso, é criticada como manobra administrativa, pois não alterou substancialmente a proporção de tempo destinado ao trabalho pedagógico.

O livro também denuncia os efeitos da precarização: adoecimento docente, aumento do absenteísmo, readaptações funcionais e altas taxas de exoneração. Destaca-se novamente o impacto da política de bonificação por desempenho, iniciada em 2001. O *bônus mérito* é apresentado como mecanismo de incentivo de baixa efetividade, pois não valoriza estruturalmente o salário, mas condiciona uma remuneração extra a resultados em avaliações externas, o que compromete a autonomia docente. Em síntese, a partir do exame das formas de admissão, estrutura da carreira, vencimentos e jornada, revela-se um quadro persistente de desvalorização, incompatível com os princípios constitucionais da educação pública de qualidade.

O segundo texto, *Supervisores de ensino no estado de São Paulo: a nascente da precariedade em cascata*, de Beatriz Garcia Sanches e Selma Venco, destaca que, apesar de esse ser o posto mais elevado da estrutura pedagógica na rede, sua ocupação tem sido frequentemente feita por profissionais designados/as e não concursados/as. Para afirmar que essa prática é concentrada especialmente nas regiões de maior vulnerabilidade social da capital, Grande São Paulo e interior (dados apresentados nas páginas 104, 106, 108, 109, 110 e 111), as autoras revelam uma estratégia de gestão – inspirada no modelo adotado por Margaret Thatcher, de abandono do Estado Burocrático –, que ao privilegiar contratações

temporárias, fragiliza a autonomia e a estabilidade necessárias para a mediação crítica da política educacional. A “precariedade em cascata” tem sua nascente nesse cargo, gerando uma cadeia de instabilidade que chega até o/a professor/a temporário/a na sala de aula.

Ainda no tocante à supervisão, os dados demonstram que a SEE-SP não realizou concursos públicos de forma regular, com grandes intervalos entre certames (1992, 2003, 2008), o que permitiu o alargamento das nomeações provisórias. A análise da jornada de trabalho mostra que, apesar das normativas legais que estabelecem 40 horas semanais em dois turnos, há mecanismos de extensão da carga horária com gratificações condicionadas, reforçando a lógica gerencialista baseada na intensificação do trabalho. Os dados confirmam essa prática, pois em 2003 e 2018, regiões como Diadema (93%), Itaquaquecetuba (90%) e Capivari (100%) mantiveram a maioria dos/das supervisores/as em situação de designação, sem vínculo efetivo. Mesmo em áreas de alta vulnerabilidade como Apiaí ou Itararé, a ausência de supervisores/as concursados/as se manteve próxima a 100% durante longos períodos, demonstrando uma política sistemática de não realização de concursos regulares.

O texto *Diretor de escola na rede estadual paulista: um “coordenador de todas as peças da máquina que dirige”?*, escrito por Selma Venco e Educarado Donizete Giroto e dedicado a diretores e diretoras de escola demonstra como a figura do/da gestor/a escolar foi transformada em agente operacional das diretrizes da Nova Gestão Pública. O/A diretor/a, embora juridicamente descrito/a como articulador/a pedagógico/a, tem sido sobrecarregado/a por funções administrativas, de controle de resultados e mediação de conflitos, tornando-se peça-chave na implementação das metas da SEE-SP.

Dados estatísticos mostram que em diversas regiões da capital e da Grande São Paulo, sobretudo em áreas socialmente vulneráveis, os cargos de direção são ocupados majoritariamente por profissionais não concursados/as. Em 2017, na Diretoria Regional Sul 3 da capital — que abrange bairros como Grajaú e Parelheiros —, 76% dos/das diretores/as estavam em situação de designação. A média dos onze anos analisados para as Diretorias Leste 3 e Leste 2 foram, respectivamente, de 50% e 55% de diretores/as não concursados/as. Já em cidades da Grande São Paulo como Itapevi e Taboão da Serra, os percentuais de diretores/as designados/as alcançaram, em média, 71% e 68% no mesmo período.

A lógica da “precariedade em cascata” reaparece: a ausência de concurso para diretor/a resulta em professores/as efetivos assumindo as funções, e esses/as, por sua vez, sendo substituídos/as por temporários/as. A crítica ao modelo de gestão vigente é reforçada pela constatação de que a SEE-SP, ao mesmo tempo que sobrecarrega diretores/as com inúmeras atribuições, realiza concursos em períodos espaçados e com número de vagas insuficiente. Assim, perpetua-se uma política de contenção de despesas que compromete a qualidade da educação pública.

Em *A Organização dos Funcionários de Escola na Rede Estadual Paulista: Entre a Profissionalização e a Precarização*, Luís Carlos Novaes e Érick Dantas da Gama analisam a organização do quadro de funcionários/as de escola na rede estadual paulista, considerando os processos históricos e legais que tensionam sua profissionalização e, simultaneamente,

os submetem à precarização. Para isso, parte-se da compreensão da designação profissional desse segmento, nomeado ora como *funcionários/as*, ora como *profissionais da educação*. A discussão se ancora em marcos legais e normativos que regulam as condições de trabalho desses/as profissionais e também expressam um discurso político-educacional que oscila entre o reconhecimento simbólico e a desvalorização prática.

Verifica-se que a trajetória de reconhecimento dos/das trabalhadores/as não docentes no Brasil é marcada por avanços legais e descontinuidades políticas. Nesse sentido, a legislação federal emerge como um importante elemento de influência para a produção normativa dos estados da federação, inclusive São Paulo. A Emenda Constitucional nº 53/2006 foi um marco ao alterar o inciso V do artigo 206 da Constituição Federal, substituindo “valorização dos profissionais do ensino” por “valorização dos profissionais da educação escolar”. A inclusão do inciso VIII garantiu o piso salarial para esses/as profissionais, ampliando o escopo de sua valorização. Apesar dos avanços normativos, a exigência de diplomas de nível técnico ou superior como condição para o reconhecimento dos/das trabalhadores/as de apoio como “profissionais da educação” gera tensões. Os autores trazem Pierre Bourdieu para afirmar que o diploma fora do mercado escolar só adquire valor na medida que é legitimado pelo capital econômico e social de seu/sua portador/a. Ou seja, o diploma pode ser uma garantia apenas formal, não necessariamente traduzida em reconhecimento. No caso dos/das funcionários/as de escola, a exigência legal de uma credencial simbólica não condiz com a realidade de muitos/as trabalhadores/as, cuja prática educativa transcende a formação acadêmica.

A adoção de políticas públicas voltadas à formação dos/das trabalhadores/as não docentes, como o Programa Pró-Funcionário, representou uma tentativa concreta de promover sua profissionalização. Contudo, o governo do estado de São Paulo recusou a adesão ao programa, diferentemente de outros estados da federação. Essa postura revela uma lógica de gestão que desvaloriza os quadros de apoio escolar.

O trabalho do Professor Coordenador na rede estadual paulista: a resignificação da função num cenário de reformas educacionais (1995-2018), escrito por Maria José da Silva Fernandes, mostra como a função passou por sucessivas modificações. Alguns cargos foram adaptados às novas exigências administrativas. Contudo, a autora observou uma redução contínua no número de vagas, intensificando a carga de trabalho dos/das servidores/as educacionais. Essas mudanças se inserem em um modelo de “modernização” pautado na lógica da redução de custos, mas que na prática mina direitos trabalhistas e desestrutura carreiras públicas.

Por fim, no texto sobre a *Formação Continuada de Docentes na Rede Pública Paulista: Mapeamento de Programas e Projetos*, de Luciana Cristina Salvatti Coutinho e Sarah Maria de Freitas, entende-se que a formação continuada de professores/as é um dos pilares da política educacional contemporânea. No contexto paulista, essa formação tem sido moldada por reformas educacionais que ganharam força a partir dos anos 1960, com influência de organismos internacionais como a OIT e a UNESCO, e se intensificaram nos

anos 1990, em todo o Brasil, durante a reforma do Estado promovida por Bresser-Pereira no governo FHC. Nesse cenário, a profissionalização docente passou a ser entendida como estratégia para elevar a eficiência do serviço público, vinculando a formação ao desempenho.

Os/As professores tornaram-se, assim, sujeitos/as e objetos dessas reformas: esperava-se que implementassem mudanças, mas ao mesmo tempo eram moldados/as por políticas que reduziam sua autonomia pedagógica. A formação continuada foi estruturada para alinhar práticas docentes ao currículo oficial e às avaliações em larga escala. Na rede paulista, destacam-se iniciativas como a EFAP e parcerias com institutos privados, cujas formações muitas vezes ocorrem fora do horário de trabalho, intensificando a jornada e precarizando subjetivamente o trabalho docente. Esses programas têm como foco o cumprimento de metas, tratando professores/as como agentes executores/as de políticas e não como profissionais autônomos/as.

Embora mais da metade dos/das docentes seja estável, muitos/as vivem a insegurança gerada pela constante cobrança por resultados, sem condições adequadas para atingi-los. A formação, nesse sentido, se torna ferramenta de regulação, mais voltada à padronização que ao desenvolvimento crítico da prática pedagógica. Nesse sentido, o livro é indicado para quem deseja compreender, de forma fundamentada, os processos de precarização estrutural de uma das maiores redes públicas de ensino do país, São Paulo. A partir de uma abordagem que articula análise documental, dados estatísticos e legislação educacional, as autoras apresentam os mecanismos que sustentam a desvalorização e a fragmentação das carreiras dos/das profissionais da educação, destacando a lógica gerencialista que pauta as ações da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo ao longo de mais de duas décadas.

Conclui-se que a obra trata não apenas dos/das professores/as, mas também de supervisores/as, diretores/as, coordenadores/as pedagógicos/as e funcionários/as de apoio, ampliando o foco da discussão sobre as condições de trabalho e evidenciando como as políticas de flexibilização e de responsabilização individual operam de maneira integrada, compondo um projeto coerente de racionalização do serviço público educacional. Com clareza, o livro oferece elementos analíticos para educadores/as, gestores/as, pesquisadores/as e formuladores/as de políticas públicas. Em síntese, se sustenta em dados concretos e análises, provocando reflexões sobre os limites e contradições das reformas educacionais recentes.

Recebido em: 24/06/2025; Aprovado em: 02/08/2025.

 **RENATA RICKEN SIQUEIRA**

Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão – SC, Brasil.